

## International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A.

CNPJ/MF nº 18.082.788/0001-98

Relatório da Administração

A administração da International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A. ("Companhia") apresenta a V.Sas., em conjunto com este Relatório da Administração, as demonstrações financeiras e notas explicativas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ("Demonstrações Financeiras"). **Desempenho Econômico-financeiro:** A Companhia apresentou consistentes resultados para o ano de 2024, mesmo em face da manutenção das persistentes dificuldades e desafios impostos pelo ainda vigente cenário inflacionário vivido pelo Brasil e pelo mundo, com elevadas taxas de juros e consequente perda de poder de compra por parte do consumidor final. O exercício social de 2024 apresentou crescimento de 10% de receita líquida (i.e. R\$ 176,04 milhões vs. R\$ 160,71 milhões no exercício de 2023). O lucro líquido da Companhia foi de R\$ 35,79 milhões no exercício social de 2024. O Ano Colecção 2024 e Exercício Fiscal de 2024 apresentaram os seguintes resultados em comparação ao período anterior:

(EM R\$ '000)	2024	2023	
Ano Colecção	Ano Fiscal	Ano Colecção	Ano Fiscal
Receita Líquida	173.478	176.038	
EBITDA	50.649	49.055	
Lucro Líquido	36.987	35.789	
Recomendamos a consulta integral das Demonstrações Financeiras para informações detalhadas sobre os resultados financeiros da Companhia.			

A Administração

## Mensagem do Diretor Presidente

Em cumprimento aos meus deveres fiduciários, informo que, no meu entendimento e da Diretoria Executiva responsável pelo processo de revisão da proposta de Demonstrações Financeiras da International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A. ("Companhia"), existem, novamente, diversos registros contábeis e divulgações financeiras na proposta de Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício social de 2024 – conforme elaboradas pela acionista majoritária Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A. ("CBE") – que não refletem adequadamente a real situação contábil-financeira da Companhia, nos termos das normas contábeis e da legislação aplicável. Em vista das ilegalidades societárias e irregularidades contábeis verificadas nas Demonstrações Financeiras dos exercícios sociais de 2018 a 2023, bem como na proposta de Demonstrações Financeiras do exercício de 2024, eu e a Diretoria Executiva responsável entendemos que os ajustes e as retificações aí indicadas na forma de Mensagem do Diretor Presidente estão sob o abrigo da legislação societária e normas contábeis, bem como são necessárias para refletir a real situação contábil-financeira da Companhia. De modo a prover a real situação contábil-financeira da Companhia, eu e a Diretoria Executiva responsável preparamos uma breve demonstração dos impactos diretos aos números da Companhia, assim como às suas divulgações, apresentando números *pro forma* que refletem as retificações e alterações que entendemos corretas, em consonância com as normas contábeis e a legislação aplicável. As demonstrações *pro forma* foram preparadas gerencialmente para demonstrar os reflexos ao Balanço Patrimonial e à Demonstração do Resultado do Exercício na proposta de Demonstrações Financeiras de 2024, bem como alterações às divulgações constantes nas notas explicativas à proposta de Demonstrações Financeiras de 2024. As posições *pro forma*, as quais estão apresentadas lado a lado com os números da proposta de Demonstrações Financeiras da Companhia de 2024 – elaboradas pela CBE e seu contador responsável no âmbito da prestação de serviços de apoio administrativo à Companhia – facilitam a visualização do que é a real e correta posição patrimonial e de resultado da Companhia. Cumprindo ressaltar que as Demonstrações Financeiras da Companhia para os anos-coleção de 2019 (outubro de 2018 a setembro de 2019) e 2020 (outubro de 2019 a setembro de 2020) foram auditadas pela KPMG. As Demonstrações Financeiras da Companhia com base em anos fiscais nunca foram auditadas por auditores independentes.

**Ulisses Borges Cardinot – Diretor Presidente**Demonstrações *pro forma* do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024Balanço Patrimonial *pro forma* 2024 – Ativo (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Saldo 31/12/2024						Saldo 31/12/2024 com ajustes
		4	5	6	7	8		
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.439	3.874	RSU	PLR	Rateio CV-CSC	Acumulado	Dividendos
Aplicações financeiras	5							11.313
Contas a receber de clientes	6	87.191					(3.940)	
Estoques	7	13.586					(1.245)	
Outros créditos		5.348						
Impostos a recuperar							1.890	
Total do ativo circulante		113.564	3.874	-	-	(3.295)	-	114.143
Não circulante								
Aplicações financeiras	5	292						
Outros créditos		2.101						
RSU				4.427				
Impostos diferidos	20	8.118	738	738	-	(4.514)	-	4.427
Total do ativo realizável a longo prazo		10.511	4.427	738	-	(4.514)	-	11.162
Imobilizado	8	4.115						
Direito de uso	9	2.932						
Intangível	10	12.200						
Total do ativo permanente		19.247	-	-	-	-	-	19.247
Total do ativo não circulante		29.758	4.427	738	-	(4.514)	-	30.409
Total do ativo		143.322	8.301	738	-	(7.809)	-	144.552

Ativo	Nota	Saldo 31/12/2023						Saldo 31/12/2023 com ajustes
		AVP	MKT	Imposto	RSU	PLR	Rateio CV-CSC	
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	4	54.178		3.874				58.052
Aplicações financeiras	5	32.567						32.567
Contas a receber de clientes	6	84.391	(243)				(3.697)	80.451
Estoques	7	11.678	(287)				(958)	10.433
Outros créditos		3.869						3.869
Impostos a recuperar							1.890	1.890
Total do ativo circulante		186.683	(243)	(287)	-	-	(2.765)	187.262
Não circulante								
Aplicações financeiras	5	292						
Outros créditos		1.380						
RSU				4.427				
Impostos diferidos	20	7.601	83	98	(421)		(4.274)	3.087
Total do ativo realizável a longo prazo		9.273	83	98	-	4.427	(421)	9.198
Imobilizado	8	3.521						
Direito de uso	9	1.237						
Intangível	10	8.223						
Total do ativo permanente		12.981	-	-	-	-	-	12.981
Total do ativo não circulante		22.254	83	98	-	4.427	(421)	22.167
Total do ativo		208.937	(160)	(190)	-	8.301	(421)	209.429

Passivo	Nota	Saldo 31/12/2024						Saldo 31/12/2024 com ajustes
		RSU	PLR	Rateio CV-CSC	Acumulado	Dividendos		
Circulante								
Fornecedores	11	6.126			(2.561)			3.565
Obrigações sociais e trabalhistas	12	11.428		(2.635)				8.793
Impostos e contribuições a recolher							865	
Imposto de renda e contribuição social a recolher	13	7.107					47	7.154
Adiantamento de clientes		2.687						2.687
Arrendamento mercantil	9	1.524						1.524
Dividendos a pagar	16	35.909					33.221	69.130
Juros sobre capital próprio a pagar		4.512						4.512
Total do passivo circulante		70.158	-	(2.635)	(2.561)	47	33.221	98.230
Não circulante								
Arrendamento mercantil	9	1.937						1.937
Provisão para contingências	15	326						326
Total do passivo não circulante		2.263	-	-	-	-	-	2.263
Patrimônio Líquido	16							
Capital social		18.750						18.750
Reserva de capital		2.809						2.809
Reserva legal		3.750						3.750
Reserva de lucros		45.592	8.301	3.372	2.561	(7.856)	(33.221)	18.750
Total do patrimônio líquido		70.901	8.301	3.372	2.561	(7.856)	(33.221)	44.059
Total do passivo e patrimônio líquido		143.322	8.301	738	-	(7.809)	-	144.552

Passivo	Nota	Saldo 31/12/2023						Saldo 31/12/2023 com ajustes
AVP	MKT	Imposto	RSU	PLR	Rateio CV-CSC	Acumulado	Dividendos	

<tbl\_r cells

... continuação

**International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A.**

de Lucros ao final do exercício social de 2024, R\$ 26.841.508,61 milhões excedem o Capital Social de R\$ 18.749.988,00 e devem ser destinados à conta de dividendos a pagar, observando pagamento mínimo de 70% da total devido até o mês de março de 2026 e de 100% até o mês de maio de 2026. Após outros ajustes realizados nas DFs pro forma com impacto no Patrimônio Líquido de 2024 da Companhia, quais sejam, RSU, PLR e Retaio CV-CSC, além do resultado acumulado de outros ajustes e impostos contabilizados em períodos anteriores, totalizando impacto líquido de R\$ 6.378.686,45, referido valor também foi adicionado à conta de Dividendos a Pagar.

R\$ 26.841.508,61 + R\$ 6.378.686,45) contabilizados ao final de 2024. Dessa forma, a proposta de distribuição de dividendos referentes aos lucros auferidos no exercício social de 2024, nos cenários das DFs elaboradas pela CBE e das DFs pro forma, pode ser resumida na tabela abaixo:

de Lucros ao final do exercício social de 2024, R\$ 26.841.508,61 milhões excedem o Capital Social de R\$ 18.749.988,00 e devem ser destinados à conta de dividendos a pagar, observando pagamento mínimo de 70% da total devido até o mês de março de 2026 e de 100% até o mês de maio de 2026. Após outros ajustes realizados nas DFs pro forma com impacto no Patrimônio Líquido de 2024 da Companhia, quais sejam, RSU, PLR e Rateio CV-CSC, além do resultado acumulado de outros ajustes e impostos contabilizados em períodos anteriores, totalizando impacto líquido de R\$ 6.378.686,45, referido valor também foi adicionado à conta de Dividendos a Pagar, totalizando R\$ 69.129.500,65 (valor inicial de R\$ 35.909.305,59 +	R\$ 26.841.508,61 + R\$ 6.378.686,45) contabilizados ao final de 2024. Dessa forma, a proposta de distribuição de dividendos ref. aos lucros auferidos no exercício social de 2024, nos cenários das DFs elaboradas pela CBE e das DFs pro forma, pode ser resumida na tabela abaixo:	<b>Descrição</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor (R\$)</b>
		(+) Distribuição de dividendos adicionais (75%) – AGO 7/2024	32.270.393,87	Dividendos adicionais a serem destinados (75%)	26.841.508,61
		Reserva de Lucros em 31/12/2024 (Antes de lucro líquido 2024)	18.749.988,00	Reserva de Lucros	18.749.988,00
		Capital Social em 31/12/2024	18.749.988,00	Capital Social	18.749.988,00
		Excesso da Reserva de Lucros em 31/12/2024 (Antes de lucro líquido 2024)	18.749.988,00	Excesso da Reserva de Lucros	0,00
		(+) Lucro líquido de 2024	0,00	<b>Proposta da Administração para os lucros de 2024</b>	
		Dividendos mínimos obrigatórios e Juros sobre Capital Próprio (25%)	35.788.678,15	Total a ser distribuído	35.788.678,15
			8.947.169,54	(+) Ajustes DFs pro forma	R\$ 6.378.686,45
				Dividendos obrigatórios ref. 2024 (DFs pro forma)	R\$ 42.167.364,60

**Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Balanço Patrimonial				Demonstração do Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido							
Ativo Circulante	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total		
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.439	54.178	Receita líquida	17	176.038	160.714	18.750	2.809	3.750	138.376	—	163.685	
Aplicações financeiras	5	—	32.567	Custo das vendas	18	(22.264)	(18.809)	—	—	—	—	43.027	43.027	
Contas a receber de clientes	6	87.191	84.391	<b>Lucro Bruto</b>		<b>153.774</b>	<b>141.905</b>	Destinação do lucro:						
Estoques	7	13.586	11.678	Despesas de vendas	18	(84.070)	(64.953)	Dividendos declarados	—	—	—	(88.874)	—	(88.874)
Outros créditos		5.348	3.869	Despesas administrativas	18	(23.653)	(21.162)	Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	(10.757)	(10.757)
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>113.564</b>	<b>186.683</b>		Perda de crédito estimada		(3.801)	(1.796)	Constituição reserva de lucros	—	—	32.270	(32.270)		
Não circulante				Outras despesas		(1.650)	(1.796)	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>18.750</b>	<b>2.809</b>	<b>3.750</b>	<b>81.772</b>	—	<b>107.081</b>
Aplicações financeiras	5	292	292	Outras receitas		1.479	1.003	Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	35.789	35.789
Outros créditos		2.101	1.380	<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>42.079</b>	<b>54.980</b>		Destinação do lucro:						
Impostos diferidos	20	8.118	7.601	Receitas financeiras	19	3.857	10.202	Dividendos declarados	—	—	—	(63.022)	—	(63.022)
<b>Total do ativo realizável a longo prazo</b>	<b>10.511</b>	<b>9.273</b>		Despesas financeiras	19	(1.318)	(1.372)	Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	(3.639)	(3.639)
Imobilizado	8	4.115	3.521	<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>2.539</b>	<b>8.830</b>		Juros sobre capital próprio distribuídos	—	—	—	—	(5.308)	(5.308)
Direito de uso	9	2.932	1.237	<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>44.618</b>	<b>63.810</b>		Constituição reserva de lucros	—	—	—	26.842	(26.842)	
Intangível	10	12.200	8.223	IRPJ e CSLL, corrente		(9.346)	(19.686)	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>18.750</b>	<b>2.809</b>	<b>3.750</b>	<b>81.772</b>	—	<b>107.081</b>
<b>Total do ativo permanente</b>	<b>19.247</b>	<b>12.981</b>		e CSLL diferido		517	(1.097)	Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	35.789	35.789
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>29.758</b>	<b>22.254</b>		<b>IRPJ e CSLL corrente e diferido</b>	<b>20</b>	<b>(8.829)</b>	<b>(20.783)</b>	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>18.750</b>	<b>2.809</b>	<b>3.750</b>	<b>45.592</b>	—	<b>70.901</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>143.322</b>	<b>208.937</b>		<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>35.789</b>	<b>43.027</b>								
Passivo Circulante	Nota	2024	2023	Demonstração do Resultado Abrangente			Demonstração dos Fluxos de Caixa							
Fornecedores	11	6.126	6.004	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023		
Obrigações sociais e trabalhistas	12	11.428	12.338	<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>44.618</b>	<b>63.810</b>	<b>IRPJ e contribuição social pagos</b>			<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>		
Impostos e contribuições a recolher		865	800	Lucro líquido do exercício	35.789	43.027	<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>				(17.360)	(22.522)		
Imposto de renda e contribuição social a recolher	13	7.107	14.145	Outros resultados abrangentes	—	—	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				<b>26.790</b>	<b>27.199</b>		
Adiantamento de clientes		2.687	3.746	<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<b>35.789</b>	<b>43.027</b>	<b>Aplicações financeiras</b>							
Arrendamento mercantil	9	1.524	924	perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma estimativa para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de estimativas que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.			<b>Aquisição do imobilizado</b>				32.568	78.746		
Dividendos a pagar	14	35.909	63.353	<b>Variação de ativos e passivos</b>			<b>Aquisição do intangível</b>				8	(2.537)	(2.054)	
Juros sobre capital próprio a pagar	14	4.512	—	Contas a receber de clientes			<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimento</b>				10	(8.053)	(4.953)	
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>70.160</b>	<b>101.310</b>		Estoques			<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>							
<b>Não circulante</b>				Outros créditos			<b>Pagamento de arrendamento mercantil</b>							
Arrendamento mercantil	9	1.937	508	Fornecedores			<b>Dividendos pagos</b>							
Provisão para contingências	15	326	38	Obrigações sociais e trabalhistas			<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>							
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>2.263</b>	<b>546</b>		Impostos e contribuições a recolher			<b>(Decréscimo) acréscimo no caixa e equivalentes a caixa</b>							
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>16</b>			Adiantamento de clientes			<b>Demonstração do (decréscimo) acréscimo no caixa e equivalentes de caixa</b>							
Capital social		18.750	18.750	Outras contas a pagar			<b>No início do exercício</b>							
Reserve de capital		2.809	2.809	<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>			<b>No final do exercício</b>							
Reserva legal		3.750	3.750				<b>(Decréscimo) acréscimo na caixa e equivalentes a caixa</b>							
Reserva de lucros		45.592	81.772				<b>Caixa gerado pelas atividades de investimento</b>							
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>70.901</b>	<b>107.081</b>					<b>Caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>							
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>143.322</b>	<b>208.937</b>					<b>No início do exercício</b>							

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

**1. Informações sobre a Companhia** – A International School Serviços de Ensino, Treinamento, Editoração e Franqueadora S.A. (“ISI” ou “Companhia”) fornece conteúdo de soluções bilingües efetivas no ensino do idioma inglês, em sintonia com a realidade das escolas brasileiras e está domiciliada no Brasil. A sede está localizada na cidade de São Paulo, com filial localizada em Fortaleza.

**2. Base de preparação** – As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos financeiros, que tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

**3. Políticas contábeis** – A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis:

**a) Instrumentos financeiros – CPC 48 (IFRS 9):** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

**Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para fins de mensuração subsequente os ativos financeiros e passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

**Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se – e em que medida – reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que refita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

**Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma estimativa para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são reconhecidas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma estimativa para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma estimativa para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição).

Companhia só: fornecedores, adiantamento de clientes e arrendamento mercantil. Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal correrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**b) Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

**c) Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos dos estoques baseiam-se no método de custo médio e incluem custos incorridos na compra de estoques, custos de produção editorial e outros custos incorridos em trazê-los para a sua localização e condição atuais. Os custos do estoque adquirido são determinados após deduzir quaisquer descontos e impostos recuperáveis. As obras didáticas em andamento são consideradas como estoques em andamento e compreende os custos incorridos para criar conteúdo educacional inacabado. Esse valor é medido com base na alocação de horas incorridas pelos colaboradores da produção editorial na elaboração de conteúdo educacional. A perda estimada de conteúdo educacional é calculada com base em seu valor esperado líquido realizável. A perda por obsolescência dos estoques é registrada no custo das vendas. Ao determinar a perda estimada de conteúdo educacional, a Companhia considera a avaliação atual do mercado, as tendências do setor e a demanda projetada do produto, em comparação com o número de unidades atualmente em estoque.

**d) Imobilizado:** Os equipamentos educativos compreendem itens educativos que fazem parte do modelo de ensino utilizados pelos alunos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando os seus custos e seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota explicativa. O valor residual dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Imobilizados são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Instalações	10%
Beneficiátorias	22,22% a 54,17%
Material educacional	33,33%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os custos de reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

**e) Arrendamentos – CPC 06 (R2) (IFRS 16):** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos

de muitas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **f) Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortizações acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A Companhia capitaliza os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento das plataformas educacionais usadas para entrega de conteúdo. Estes custos são substancialmente compostos de serviços relacionados com a tecnologia e despesas de folha de pagamento, esses gastos são registrados como software desenvolvido internamente na rubrica de intangível como plataformas de educação. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas somente se houver a possibilidade de ser mensuradas de forma confiável, se o produto ou processo é tecnicamente e comercialmente viável, futuros benefícios econômicos são prováveis e a Companhia pretende e tem recursos suficientes para completar desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Caso contrário, ele é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Os custos associados à manutenção do software, assim como de atualização anual do material didático sem mudança substancial de conteúdo, são reconhecidos como uma despesa, à medida que incorridos. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

**g) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

**h) Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio:** A Companhia reconhece a responsabilidade de pagar um dividendo quando a distribuição é autorizada e a distribuição já não está a critério da Companhia. A distribuição é autorizada quando é exigido pagar um dividendo mínimo do lucro para o ano em conformidade com a legislação societária brasileira e os estatutos da Companhia ou quando aprovado pelos acionistas em assembleia. Um valor correspondente é reconhecido diretamente no patrimônio líquido. A Companhia também faz a distribuição de juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, com observância dos limites previstos em lei e aprovados pelo Conselho de Administração. O montante dos juros sobre o capital próprio é considerado como parte dos dividendos mínimos obrigatórios, ou seja, o montante reconhecido como dividendos a pagar é o valor total declarado com base no resultado da Companhia deduzido dos juros sobre capital próprio. **i) Obrigações sociais e trabalhistas:** Obrigações sociais e trabalhistas são despesas quando o referido serviço é fornecido. Uma responsabilidade é reconhecida pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tiver uma obrigação legal de pagar esse valor como resultado do serviço passado fornecido pelo empregado e a obrigação pode ser estimada de forma confiável. **j) Receitas de contratos com clientes:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos e ajuste a valor presente. O CPC 47 (IFRS 15), estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita ou segmento: (i) quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) quando o contrato possuir substância comercial, e; (v) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos produtos ou serviços que serão transferidos ao cliente. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação a qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços, ou seja, quando entrega o conteúdo para escolas particulares em formato impresso e digital. A tecnologia é fornecida exclusivamente para apoiar o melhor uso de seu conteúdo. Alguns contratos para venda fornecem aos clientes o direito de devolução dos bens. A Companhia utiliza o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável. A Companhia então aplica os requerimentos do CPC 47 sobre estimativas de contraprestação variável restritas para determinar o valor da contraprestação variável que pode ser incluída no preço da transação e consequentemente considerada no reconhecimento de receita. A Companhia aplica o expediente prático para adiantamentos de curto prazo recebidos dos clientes, de forma que o valor estabelecido da contraprestação não é ajustado para os efeitos de um componente de financiamento significativo se o período entre a transferência do bem ou serviço prometido e o pagamento for de um ano ou menos. **Contas a receber de clientes:** Um receivível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja condicional devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Vide políticas contábeis de ativos financeiros. **Ativos de direito de devolução:** O ativo de direito de devolução é reconhecido para o direito da Companhia de recuperar os bens que se espera sejam devolvidos pelos clientes. O ativo é mensurado pelo valor contábil anterior do estoque, deduzido de quaisquer custos esperados para recuperação dos bens e possíveis reduções em seu valor. A Companhia atualiza a mensuração do ativo considerando eventuais revisões em seu nível esperado de devoluções e quaisquer reduções adicionais no valor dos produtos devolvidos. **Custo para obtenção de contrato:** A Companhia incorre em custos para obter contratos de venda e reconhece como um ativo os custos incrementais de obtenção de um contrato com um cliente se a entidade espera recuperar esses custos. Os custos incrementais de obtenção de um contrato são aqueles custos em que uma entidade incorre para obter um contrato com um cliente em que não teria incorrido se o contrato não tivesse sido obtido. A Companhia paga comissão de vendas aos seus colaboradores para contratos que obtiverem pelas vendas. A Companhia aplica o expediente prático de reconhecer imediatamente nas despesas os custos para obtenção de contrato se o período de amortização do ativo que seria reconhecido teria sido inferior ou igual a um ano. Dessa forma, as comissões de vendas são reconhecidas imediatamente em despesas e incluídas como parte de benefícios a empregados. **Receita financeira:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **k) Imposto de renda e contribuição social:** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado pela Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo "Lucro Real" e são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideraram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados

*continua ...*

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





## EZS Informática S.A.

CNPJ/MF nº 06.234.798/0001-12

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas, De acordo com as disposições legais e estatutárias, a diretoria da EZS Informática S.A., com sede na Avenida Ibirapuera, nº 2.332 – Torre Ibirapuera I, Conjuntos 121 e 122, Sala 02, Indianópolis, São Paulo-SP, CEP 04028-900, inscrita no CNPJ sob o nº 06.234.798/0001-12, inscrita na JUCESP sob o NIRE 35.3.00510-6 ("Companhia"), submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31.12.2024, bem como o relatório da auditoria elaborado pela KPMG Auditores Independentes Ltda. **Introdução:** A EZ Security é uma subsidiária da Tempest Security Intelligence que oferece tecnologias que compõem soluções de segurança cibernética para os clientes (pequenas, médias e grandes empresas), combinando

estas tecnologias serviços de implantação e sustentação que visam proporcionar aos nossos clientes um melhor uso do potencial destas tecnologias. A empresa, fundada em 2004, foi adquirida pela Tempest Security em 2018 para ser líder no setor de cibersegurança, oferecendo soluções de cibersegurança end-to-end para as empresas, reduzindo custos, oferecendo mais agilidade e gerando muito mais eficiência na gestão de riscos de segurança cibernética. Implementamos uma variedade de soluções avançadas que abrangem desde a detecção precoce até a resposta rápida a incidentes, garantindo a segurança total do ecossistema digital de nossos clientes. **Situação Atual:** Ao longo do ano de 2024 a área de Parcerias e Alianças priorizou a união com novos parceiros que pudessem maximizar os resultados. Essa

mudança resultou em negócios significativos e espera-se alavancar os resultados consolidados em 2025. Com o Google, a incorporação do Google SecOps consolidou nossa aquisição de novos clientes e nos posicionou como referência para serviços de implementação e POC desta solução. A Trend Micro também se destacou como parceira estratégica, impulsionando soluções em alta no mercado e gerando negócios relevantes ao longo do ano. **Resultados Financeiros:** Durante o ano de 2024, a EZ Security obteve uma receita bruta de R\$ 80,9 milhões. O lucro líquido da empresa totalizou R\$ 9,8 milhões. **Resultados Operacionais:** Durante o ano de 2024, houve investimentos significativos na capacitação das equipes de Vendas e Pré-vendas, foi potencializado parcerias estratégicas e inovação em

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)				
Ativo	Notas	2024	2023	
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	32.162	860	
Aplicações financeiras de curto prazo	7	22.066	—	
Contas a receber	8	24.227	36.506	
Empréstimos concedidos	9	9.023	—	
Estoques	42	42	—	
Despesas antecipadas	20	20	22	
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>78.517</b>	<b>46.411</b>		
<b>Não circulante</b>				
Contas a receber	8	12.505	22.497	
Depósito judicial	—	—	—	
IRPJ e contribuição social diferido	13	112	16	
Imobilizado	20	20	26	
Intangível	10	13.334	13.334	
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>25.971</b>	<b>35.881</b>		
<b>Total do ativo</b>	<b>104.488</b>	<b>82.291</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido				
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2024	2023	
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	11	35.264	34.530	
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	5.981	2.778	
IRPJ e contribuição social	13	141	493	
Dividendos e juros sobre o capital próprio	—	—	—	
Proprio a pagar	16	19.496	4.396	
Receita diferida	14	68	1.035	
Contas a pagar partes relacionadas	21	—	173	
Outras contas a pagar	—	1.035	—	
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>61.985</b>	<b>43.405</b>		
<b>Não circulante</b>				
Fornecedores	11	23.242	8.273	
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	2.267	1.450	
IRPJ e contribuição social	13	2.012	2.012	
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>27.522</b>	<b>11.734</b>		
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>14.981</b>	<b>27.151</b>		
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>104.488</b>	<b>82.291</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Informações sobre a Sociedade – Fundada em 1999, a EZS Informática S.A. ("Companhia") é uma empresa sediada em São Paulo, e atua na prestação de serviços especializados em segurança da informação e comercialização de licenças de uso de software. Com a missão de entregar soluções customizadas com uma equipe de especialistas altamente qualificados ajuda as companhias a se protegerem de constantes ameaças cibernéticas. A Companhia faz parte de um grupo empresarial que inclui a Tempest Serviços de Informática S.A., sua controladora; a Embraer S.A., controladora da Tempest Serviços de Informática S.A., utilizando-se de ou fornecendo para a estrutura de companhia especificamente relativos à atividade de gestão e administração dos negócios. 2. Apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações financeiras da EZS foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.1. Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto capital próprio). A política de pagamento de dividendos da Companhia consiste na distribuição de dividendos de no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado após a constituição da reserva legal. Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são calculados dentro do limite da dedutibilidade estabelecido na Lei nº 9.249/1995, e a contabilidade é realizada diretamente no patrimônio líquido. 4.11. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários são reconvertidos pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. 5. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas – Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação das demonstrações financeiras: IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis a partir de 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • Classificação das receitas e despesas em cinco categorias operacional, investimento, financiamento, operações discontinuadas e de imposto de renda) com um subtotal de lucro operacional recentemente definido. • Divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) em nota única. • Orientações aprimoradas sobre agrupamento de informações nas demonstrações financeiras. Além disso, o subtotal do lucro operacional será o ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto. A Companhia está incluída nas seguintes notas explicativas: ■ Nota Explanativa nº 8 – teste de redução ao valor recuperável do contas a receber; principais premissas na determinação dos valores recuperáveis do contas a receber. ■ Nota Explanativa nº 13 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidades de lucros tributáveis futuros contra o qualquer diferenciação temporária dedutíveis possam ser realizadas; e Nota Explanativa nº 15 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos. 3. Mudanças nas principais políticas contábeis – Juros sobre Capital Próprio (ICPC 08): Os juros sobre o capital próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95. Em 2024, a companhia considerou imputá-los ao dividendo obrigatório, conforme prática usual e legislação vigente. Mais informações verificar a Nota Explanativa 22 – Partes Relacionadas. 4. Políticas contábeis materiais – As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir: 4.1. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa que está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. 4.2. Instrumentos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados ao custo amortizado; e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. 4.3. Imposto de renda e contribuição social – corrente: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente na Companhia são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro líquido para a contribuição social, e 10% sobre os impostos de renda, 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, bem como para prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A mensuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos reflete as consequências tributárias que seguramente a manejaria sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. 4.4. Imposto de renda e contribuição social – diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, bem como para prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. 4.5. Intangível: (i) Ágio: O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Companhia adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. O ágio resultante de combinações de negócios é um ativo intangível com vida útil indefinida e, portanto, não é amortizado, mas testado anualmente a perda por redução ao valor recuperável. (ii) Demais ativos intangíveis: Os demais ativos intangíveis estão registrados no custo de aquisição ou alocação, e sua amortização é calculada pelo método linear baseada na expectativa de vida útil. 4.6. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não circulantes: Os ativos intangíveis que ainda não estão sendo amortizados são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment) ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia executou o teste de recuperabilidade (impairment) do ativo intangível, incluindo análise de rentabilidade futura. Como resultado dos testes de impairment realizados, a Companhia não identificou cenário de desvalorização ou reversão de perdas por impairment.

7. Aplicações financeiras de curto prazo

2024 2023

Ativo circulante

22.066 22.066

Aplicação financeira em dólar junto ao Banco Itaú, com vencimento em 26 de setembro de 2025. A aplicação está sujeita a taxa de juros de 5,39% ao ano, bem como a variação cambial existente no período.

8. Contas a receber

2024 2023

Ativo circulante

16.044 9.957

Contas a receber partes relacionadas

— 12.790

Serviços prestados a faturar

13.294 24.764

Serviços prestados a faturar partes relacionadas

7.659 11.539

Perdas estimada ao valor recuperável do contas a receber

(265) (47)

Total

36.732 59.003

Ativo circulante

24.227 36.506

Ativo não circulante

12.505 22.497

Total

36.732 59.003

Ativo circulante

24.227 36.506

Ativo não circulante

12.505 22.497

Total

36.732 59.003

Ativo circulante

24.227 36.506

Ativo não circulante

12.505 22.497

Total

36.732 59.003

Ativo circulante

24.227 36.506

Ativo não circulante

12.505 22.497

Total

36.732 59.003

Ativo circulante

24.227 36.506

At

... continuação

**13.4. Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC 22):** A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, cuja avaliação de prognóstico foi para que as posições fiscais adotadas serão provavelmente aceitas pelas autoridades, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, com exceção de uma discussão que envolve a amortização de ágio como derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), decorrente da incorporação reversa da TEZ pela EZS. Nossos assessores jurídicos entendem que a legislação não permite a amortização de ágio no caso dessa operação de reorganização societária. Para esse assunto, a Companhia possui uma provisão no montante de R\$ 2.012 (R\$ 2.012 em 2023), classificada como não circulante.

**14. Receita diferida:** O saldo de receita diferida no valor total de R\$ 68 (R\$ 1.035 em 2023) refere-se exclusivamente a serviços contratados e faturados antecipadamente, porém ainda não executados em sua totalidade. Os serviços ora contratados, principalmente na modalidade de Administração de Dispositivos de Segurança (ADS) e Threat Intelligence, possuem características de serviços realizados nos prazos de 12 a 36 meses. Vale destacar as revendas de Licença de Software que podem ser entregues aos clientes em períodos posteriores da emissão da nota fiscal.

**2024 2023**

Passivo circulante 68 1.035

**15. Provisão para demandas judiciais:** A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão em 2024 e 2023 para cobrir eventuais desembolsos de desfachos dos processos em andamento e riscos fiscais classificados com expectativa de perda provável. Não existem processos em andamento e riscos fiscais classificados com expectativa de perda possível nos exercícios de 2024 e 2023.

**16. Patrimônio líquido – Capital social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 12.608, representado por 5.929.661 (cinco milhões, novecentas e vinte e nove mil, seiscentas e sessenta e um) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e com direito a voto, todas de propriedade da Tempest Serviços de Informática S.A. **Reserva legal:** Constituída a alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

**Destinação dos resultados:** O estatuto social determina que do resultado apurado em cada exercício tenham deduzidos os prejuízos acumulados. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. Do lucro líquido apurado, após dedução dos prejuízos acumulados, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. Efetuadas as deduções e as destinações estatutárias será distribuído aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido.

**2024 2023**

Resultado do período 9.816 12.553

(-) Reserva legal (5%) (491) (627)

**Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios**

Dividendo mínimo obrigatório (25%) 2.331 2.981

Dividendo adicional proposto 4.504 -

Distribuição de lucros acumulados 12.661 -

Juros sobre capital próprio 2.490 7.421

**2024 2023**

Saldo em 31/12/2022 3.059 4.146

Constituições durante o ano 2.981 7.421 10.402

**Saldo em 31/12/2023** 2.819 1.577 4.396

Pagamentos durante o ano (3.221) (6.931) (10.152)

**Saldo em 31/12/2024** 19.496 19.496 - 19.496

Constituições durante o ano 19.496 2.490 21.986

Pagamentos durante o ano (2.819) (4.067) (6.886)

Juros sobre capital próprio 2.490 7.421

**Saldo em 31/12/2024** 19.496 19.496 - 19.496

## EZS Informática S.A.

**(i) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** Conforme estatuto social, será distribuído aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido. Vide a abertura dos saldos na Nota Explicativa nº 16. Os dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2024 estão pendentes de liquidação e encontram-se registrados no passivo circulante.

**21.2. Contas a receber:** As ações da Coqueira Par Participações Ltda. foram adquiridas pela Embraer S.A. Com isso, a Embraer S.A. manteve-se como Controladora com uma participação de 100%. A Companhia possui também operações de revenda de licença de software e prestação de serviços com a Embraer S.A., cujo saldo a receber em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 6.874 (R\$ 24.328 em 31 de dezembro de 2023); com a Atech Negócios em Tecnologia S.A., cujo saldo a receber em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 624 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023); e com a Visiona Tecnologia Espacial S.A., cujo saldo a receber em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 160 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

**21.3. Outros ativos:** A Companhia também possui um saldo referente a mútuo intercâmbio junto à sua controladora Tempest Serviços de Informática S.A., que foi integralmente quitado no exercício de 2024 (R\$ 9.023 em 31 de dezembro de 2023). **21.4. Outros passivos:** A Companhia possui um saldo de R\$ 1.035 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023) referente a adiantamento efetuado pela Embraer S.A. recebido no exercício de 2024.

**21.5. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou o montante de R\$ 283 (R\$ 596 em 31 de dezembro de 2023).

**21.6. Receitas:** As receitas líquidas da Companhia em 31 de dezembro de 2024 referem-se aos valores faturados e a faturar, conforme detalhe abaixo:

	2024	2023
Embraer S.A.	43.988	19.919
Atech Negócios em Tecnologia S.A.	1.448	-
Visiona Tecnologia Espacial S.A.	359	-
<b>Total</b>	<b>45.795</b>	<b>19.919</b>

**22. Instrumentos financeiros**

	Custo	Nota	amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	6		32.162	32.162
Aplicações financeiras de curto prazo	7		22.066	22.066
Contas a receber	8		36.732	36.732
<b>Total</b>				

**22.3. Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em reais são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Companhia, dado isso, possíveis descasamentos são detectados com antecedência, permitindo que a Companhia adote medidas de mitigação, sempre buscando diminuir o risco e o custo financeiro. A Companhia tem fluxos de caixa positivos e líquido suficiente para fazer frente às obrigações atuais e futuras.

**22.4. Risco de mercado:** a. Risco com taxa de câmbio: A Companhia adota o real como moeda funcional de seus negócios. Como consequência, as operações da Companhia expostas ao risco de variação cambial são, majoritariamente, as operações denominadas em dólares referentes a contratos com fornecedores de licenças firmados pela Companhia. A proteção de riscos cambiais sobre posições ativas e passivas, adotada pela Companhia, está substancialmente baseada na busca pela manutenção do equilíbrio de ativos e passivos sujeitos à variação cambial indexados em cada moeda e na gestão diária das operações de compra e venda de moeda estrangeira, visando assegurar que, na realização das transações contratadas, esse hedge natural efetivamente se materialize. Essa medida minimiza o efeito da variação cambial sobre ativos e passivos já contratados, mas não protege o risco de flutuação dos resultados futuros em função da apreciação ou depreciação do dólar. A Companhia, em determinadas condições de mercado, pode decidir proteger possíveis descasamentos futuros de despesas ou receitas em outras moedas com o intuito de minimizar a variação cambial futura implicada no resultado da Companhia.

**22.5. Operações com instrumentos derivativos:** A Companhia não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2024 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

**22.6. Risco operacional:** A Companhia opera na prestação de serviços, comercialização de licenças de uso software e outros serviços ligados em diversas regiões do país. A performance de suas operações está sujeita às condições do mercado, economia e indústria nestas localidades.

**22.7. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restrinjam-se ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas a receber e fornecedores a pagar em condições normais do mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 3.2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

**22.8. Valor justo de instrumentos financeiros:** Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências da auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência da auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 28 de março de 2025  
**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
 CRC-2SP 028.568/0-9 F  
 CRC-1SP 294.263/0-1

**Publique no  
Data Mercantil!**  
**A decisão certa em todos os momentos.**



Acesse nosso site pelo link abaixo  
ou apontando a câmera do seu  
celular no QRcode ao lado.  
[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)



Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

**DATA  
MERCANTIL**

São Paulo



Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do  
**Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera  
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:  
[www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



**Betfair Brasil S.A.**

CNPJ/MF nº 55.229.080/0001-43 – NIRE 35.300.659.252

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de abril de 2025

**1. Data, Hora e Local:** Realizada em 8 de abril de 2025, às 10:00 horas, na sede social da **Betfair Brasil S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 352, conjunto 76, Bela Vista, CEP 01310-905 ("Companhia"). **2. Convocação e Presenças:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Ações"), em decorrência da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Antoine Paul Andre Reymond - Presidente; David Gerard Maxwell - Secretário. **4. Ordenamento do Dia:** Deliberar sobre: (i) a ratificação da contratação de empresa avaliadora, para avaliação do valor contábil de determinados ativos da **TSE Holdings Limited** (CNPJ/MF nº 54.911.742/0001-06) ("Ativos" e "TSEH") a serem contribuídos à Companhia; (ii) a aprovação do laudo de avaliação dos Ativos da TSEH; (iii) aumento do capital social da Companhia em R\$ 538.972.274,00 (quinhentos e trinta e oito milhões, novecentos e setenta e dois mil e duzentos e setenta e quatro reais); (iv) a aprovação do Boletim de Subscrição; (v) a aprovação da transformação da totalidade das ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; (vi) a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir o aumento do capital social da Companhia e a transformação das ações; (vii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (viii) a autorização aos diretores e/ou procuradores da Companhia a assinarem todos os documentos e praticarem todos os atos que venham a ser necessários para a implementação dos atos aprovados. **5. Deliberações:** Após examinadas e discutidas as matérias constantes da Ordenamento do Dia, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram o seguinte:

- 5.1. Ratificar** a contratação realizada pela administração da Companhia, da **Ministra Serviços de Apoio à Empresa, Digitização e Treinamento Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.816.464/0001-36, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua América Brasileiro, nº 1765, conjuntos 21 e 22, Chácara Santo Antônio, CEP 04715-004 ("Empresa Avaliadora"), para avaliar o valor dos Ativos da TSEH a serem contribuídos para a Companhia ("Laudo de Avaliação").
- 5.2. Aprovar** o Laudo de Avaliação, realizado com base no valor contábil dos Ativos, preparado pela Empresa Avaliadora, laudo esse que consta como **Anexo I** da presente ata e cujo resultado confirma a avaliação dos Ativos no valor de R\$ 538.972.274,00 (quinhentos e trinta e oito milhões, novecentos e setenta e dois mil e duzentos e setenta e quatro reais).
- 5.3. Aprovar** o aumento do capital social, atualmente de R\$ 30.716.436,00 (trinta milhões, setecentos e dezesseis mil e quatrocentos e trinta e seis reais), totalmente integralizado, para R\$ 569.688.710,00 (quinhentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, setecentos e dez reais), um aumento, portanto, de R\$ 538.972.274,00 (quinhentos e trinta e oito milhões, novecentos e setenta e dois mil e duzentos e setenta e quatro reais), mediante a emissão de 538.972.274 (quinhentas e trinta e oito milhões, novecentas e setenta e duas mil e duzentas e setenta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, em tudo idênticas às ações anteriormente emitidas pela Companhia, a serem subscritas e integralizadas nas seguintes condições: (i) as 538.972.274 (quinhentas e trinta e oito milhões, novecentas e setenta e duas mil e duzentas e setenta e quatro) novas ações ordinárias são colocadas pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, equivalente ao valor nominal das ações. O preço de emissão das novas ações ora emitidas foi fixado levando-se em consideração o valor nominal das ações; e (ii) as referidas novas ações ordinárias serão subscritas e integralizadas, na presente data, integralmente pela acionista **TSE Holdings Limited**, na forma prevista no Boletim de Subscrição, que faz parte do **Anexo II** à presente ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, autenticada pela Mesa e que será arquivado na sede da Companhia. **5.4. Consignar** que, estando presente à Assembleia acionistas representando a totalidade do capital social, foi dispensado o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência previsto em lei, passando-se imediatamente à subscrição. A acionista **Betfair Brasil Holdings Ltda.** renunciou expressamente, de forma irrevogável e irretratável, o seu direito de preferência, nos termos do artigo 171, parágrafo 4º, da Lei de Sociedades Anônimas. **5.5. Aprovar** expressamente o Boletim de Subscrição acima mencionado e declarar formalmente concretizado o aumento de capital mediante a emissão das referidas novas ações ordinárias.
- 5.6. Ato subsequente, aprovar**, sem ressalvas, a transformação da totalidade das 569.688.710 (quinhentas e sessenta e nove milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, setecentos e dez) ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, todas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
- 5.7. Aprovar**, em decorrência das deliberações acima, a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5º** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 569.688.710,00 (quinhentas e sessenta e nove milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, setecentos e dez reais), dividido em 569.688.710 (quinhentas e sessenta e nove milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, setecentos e dez) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."
- 5.8. Aprovar**, em virtude das deliberações acima, e para maior facilidade e clareza, a consolidação do Estatuto Social, anexo ao presente instrumento como **Anexo III**, autenticada pela Mesa e que será arquivado na sede da Companhia. **5.9. Autorizar** os diretores e/ou procuradores da Companhia a assinarem todos os documentos e praticarem todos os atos que venham a ser necessários para a implementação dos atos aprovados.
- 6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando a presente ata em forma de sumário, nos termos do § 1º do Art. 130 da Lei das Sociedades por Ações, a qual lida e achada conforme, por todos os presentes lida e assinada.
- 7. Assinaturas:** Presidente da Mesa: Antoine Paul Andre Reymond; Secretário: David Gerard Maxwell. Acionistas presentes: Betfair Brasil Holdings Ltda., p. David Gerard Maxwell; e TSE Holdings Limited, p. n.º 352, conjunto 76, Bela Vista, CEP 01310-905. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir, e/ou encerrar filiais, escritórios, subsidiárias e quaisquer outras instalações, no país ou no exterior. **Artigo 3º** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II – Objeto Social.** Artigo 4º A Companhia tem como objeto social as atividades de: (i) exploração de apostas de quota fixa, nos termos da Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024 (CNAE 9200-3/99); (ii) participação direta ou indireta no capital social de outras sociedades, como acionista ou quotista (CNAE 6462-0/00); e (iii) prestação de serviços de consultoria em publicidade e propaganda (CNAE 7319-0/04). **Capítulo III – Capital Social e Ações.** Artigo 5º O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 569.688.710,00 (quinhentas e sessenta e nove milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, setecentos e dez reais), dividido em 569.688.710 (quinhentas e sessenta e nove milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, setecentos e dez) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º.** Em caso de aumento de capital, é assegurado aos acionistas o direito de preferência na subscrição das ações a serem emitidas, na proporção do número de ações de que forem titulares, de acordo com as disposições previstas na Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 3º.** A Companhia, nos termos da lei, poderá adquirir ações de sua emissão para cancelamento, manutenção em tesouraria ou posterior alienação, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as normas legais e demais disposições aplicáveis. **Parágrafo 4º.** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do titular no Livro de Registro de Ações Nominativas. **Parágrafo 5º.** É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias. **Artigo 6º** A Companhia só registrará a transferência de ações em que forem observadas as disposições pertinentes previstas na legislação aplicável ao objeto social da Companhia. **Capítulo IV – Assembleia Geral.** Artigo 7º A Assembleia Geral reunir-se-á, (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social, para os fins previstos na Lei das Sociedades por Ações; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, observadas as disposições deste Estatuto Social e da legislação a respeito da sua convocação, instalação, condução e competência. **Parágrafo 1º.** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente, ou, na sua ausência, por qualquer um dos membros da diretoria. O presidente da Assembleia Geral escolherá entre os presentes o secretário da mesa. **Parágrafo 2º.** Os acionistas poderão participar da Assembleia Geral por videoconferência ou qualquer outro meio que permita identificação do acionista e comunicação simultânea com os demais participantes da Assembleia Geral. **Parágrafo 3º.** Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procuradores nomeados na forma do artigo 1.26, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 8º** A Assembleia Geral deverá ser convocada por qualquer um dos acionistas ou dos membros da Diretoria, em conformidade com os termos do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e deste Estatuto Social. **Parágrafo 1º.** A Assembleia Geral deverá ser convocada com, ao menos 10 (dez) dias úteis de antecedência, devendo os editais de convocação conter local, data e hora da assembleia, indicação detalhada da ordem do dia e, no caso de reforma do Estatuto Social, indicação da matéria a ser tratada. Além da publicação dos editais de convocação na forma da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas também deverão ser convocados via e-mail, no mesmo prazo aqui previsto. **Parágrafo 2º.** Considerar-se-á dispensada a convocação de uma Assembleia Geral a quem comparecer a totalidade dos acionistas da Companhia. **Parágrafo 3º.** A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, a maioria do capital social com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número de votos presentes, ressalvadas as exceções previstas em lei. **Parágrafo 4º.** Das Assembleias Gerais serão lavradas atas em livro próprio, as quais serão assinadas pelos acionistas presentes. **Artigo 9º.** Compete à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas a seguir, além daquelas previstas na Lei das Socie-

dades por Ações, que serão aprovadas por acionistas representando a maioria do capital votante: (a) alterações no Estatuto Social da Companhia; (b) alteração no capital social, incluindo aumento ou redução de capital; emissão de valores mobiliários conversíveis em ações; emissão de bônus de subscrição; aquisição ou resgate de ações pela própria Companhia; (c) eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros da Diretoria; (d) tomada anual das contas dos administradores, e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (e) suspensão do exercício dos direitos dos acionistas; (f) deliberação sobre a avaliação de bens com que os acionistas concorrem para a formação do capital social; (g) deliberação sobre a transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução ou liquidação da Companhia, e/ou operação de efeitos similares, e eleição e destituição de liquidantes e julgamento de suas contas; (h) deliberação sobre o pedido de falência ou recuperação judicial e extrajudicial, bem como declaração de autofalência ou qualquer outro procedimento semelhante; (i) instituição ou modificação da política de distribuição de dividendos da Companhia; (j) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio, redução do dividendo mínimo obrigatório ou retenção de lucros; (k) constituição de reservas, fundos ou provisões contábeis; (l) aprovação das contas anuais e demais demonstrações financeiras da Companhia, assim como mudanças na política de contabilização; (m) aprovação da remuneração anual dos membros da Diretoria; (n) constituição, aquisição ou alienação de participação em outras sociedades; (o) aprovação de planos de oferta de ações (inclusive no âmbito de planos de remuneração de executivos), de opções de compra de ações, de bônus de subscrição, bem como de quaisquer ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia; (p) aprovação de emissão de debêntures, bem como da realização e das condições de eventual oferta pública inicial pela Companhia; e (q) aprovação do resgate, recompra ou amortização de ações da Companhia, os termos e condições dessas operações, incluindo, sem limitação, os valores a serem pagos, observados os parâmetros definidos em lei. **Capítulo V – Administração. Seção I – Disposições Gerais.** Artigo 10º A Companhia será administrada por uma Diretoria, os quais terão os seus poderes e responsabilidades fixados na legislação e neste Estatuto Social. **Parágrafo Único.** A remuneração global da Diretoria deverá ser estabelecida pela Assembleia Geral. **Seção II – Diretoria.** Artigo 11º A Diretoria é composta por 6 (seis) membros, com mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral, sendo designados da seguinte forma: (i) 1 (um) Diretor Presidente; (ii) 2 (dois) Diretores Sem Designação Específica; (iii) 1 (um) Diretor de Contabilidade e Finanças, responsável pela área prevista no art. 8º, § 2º, I, da Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024; (iv) 1 (um) Diretor de Integridade e Compliance e de Relacionamento com o Ministério da Fazenda, responsável pelas áreas previstas no art. 8, § 2º, IV e VI, da Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024; e (v) 1 (um) Diretor de Atendimento a Apostadores e Ouvidoria, responsável pela área prevista no art. 8, § 2º, V, da Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024. **Parágrafo 1º.** Apenas o cargo de Diretor de Relacionamento com o Ministério da Fazenda poderá ser cumulado com qualquer dos demais cargos previstos no Artigo 11º. **Parágrafo 2º.** Os diretores da Companhia observarão as exigências da legislação aplicável. **Parágrafo 3º.** A posse dos membros da Diretoria será condicionada à assinatura de Termo de Posse, o qual deverá ser arquivado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. **Artigo 12º** Na hipótese de ocorrer renúncia, impedimento ou incapacidade permanente, ausência, falecimento ou qualquer outro evento que resulte na vacância permanente de qualquer dos cargos dos diretores da Companhia, deverá ser convocada uma Assembleia Geral para indicação do substituto. **Artigo 13º** A Diretoria terá a função de conduzir os negócios da Companhia e implementar as decisões aprovadas pelos acionistas. **Artigo 14º** A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo, na forma prevista neste Estatuto Social, validamente obrigar a Companhia, praticando todos os atos e operações necessários à consecução dos objetivos sociais. **Artigo 15º** Observado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia será representada e obrigará-se mediante assinatura (i) isolada do Diretor Presidente; (ii) isolada de qualquer um dos Diretores Sem Designação Específica; (iii) conjunta de 2 (dois) membros da Diretoria; (iv) isolada de 1 (um) procurador; ou (v) isolada do (a) Diretor Executivo de Contabilidade e Finanças; (b) Diretor Executivo de Integridade e Compliance; (c) Diretor de Relacionamento com o Ministério da Fazenda; ou (d) Diretor Executivo de Ouvidoria, se a representação da Companhia for exigida, de forma isolada, por norma relacionada à operação de apostas de quota fixa no Brasil. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá outorgar procurações para sua representação, mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) membros da Diretoria. As procurações deverão conter a descrição completa dos poderes conferidos e, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representações em processos judiciais ou administrativos, deverão ter prazo de validade determinado e vedar o substabelecimento. **Capítulo VI – Conselho Fiscal.** Artigo 16º A Companhia terá um Conselho Fiscal que só funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas, na forma da lei. **Parágrafo Único.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos. **Artigo 17º** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, com igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, que fixará a remuneração, obedecido o mínimo legal. **Artigo 18º** Quando instalado, os membros do Conselho Fiscal terão os poderes e a competência previstos na legislação aplicável. **Capítulo VII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Destinação do Resultado.** **Artigo 19º** O exercício social terá início em 1º de janeiro terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo 1º.** Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei, as quais corresponderão à proposta de destinação do lucro do exercício. **Parágrafo 2º.** O lucro líquido terá a seguinte destinação, de acordo com os termos destes Estatuto: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; e (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão distribuídos aos acionistas como dividendos obrigatórios; e (iii) o saldo terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral. **Artigo 20º** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos no prazo da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 21º** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. **Parágrafo 1º.** Após deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço levantado. **Parágrafo 2º.** Também mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. **Parágrafo 3º.** Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VIII – Dissolução e Liquidação.** Artigo 22º A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, sendo que a forma de liquidação, a nomeação do liquidante e a condução da Companhia durante o período de liquidação seguirá as normas legais em vigor. **Capítulo IX – Resolução de Disputas.** Artigo 23º Quaisquer controvérsias decorrentes ou relacionadas a este Estatuto Social para as quais a Companhia, acionistas e/ou membros da Diretoria não encontrem solução amigável, inclusive quanto a sua interpretação, validade, execução ou cumprimento serão resolvidas por arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem) e sujeitas às seguintes condições: **Parágrafo 1º.** A disputa será submetida ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Internacional – ICC ("Centro de Arbitragem") de acordo com suas regras em vigor em 1º de janeiro de 2021 ("Regras"). **Parágrafo 2º.** A(s) parte(s) que submeter(em) a disputa à arbitragem deverá(ão) nomear coletivamente 1 (um) árbitro e a(s) outra(s) parte(s) deverá(ão) nomear coletivamente 1 (um) árbitro. O terceiro árbitro presidente será nomeado pelos 2 (dois) árbitros nomeados. Se uma das partes não nomear um árbitro e/ou se os árbitros nomeados não nomearem um terceiro árbitro, então o árbitro será nomeado de acordo com as Regras. **Parágrafo 3º.** A sede da arbitragem será em São Paulo e o painel de arbitragem aplicará as leis do Brasil e as Regras. Todos os procedimentos da arbitragem, incluindo argumentos e respostas, serão conduzidos em inglês. As partes deverão cooperar de boa-fé para agilizar (ao máximo possível) a condução de qualquer procedimento arbitral iniciado nos termos deste Estatuto Social. Nada impedirá que as partes busquem medidas cautelares ou liminares, provisórias ou permanentes, ou ambas, junto aos tribunais competentes, com jurisdição para conceder medidas em quaisquer disputas ou diferenças decorrentes deste Estatuto Social. **Parágrafo 4º.** Os custos e despesas relacionados ao procedimento de arbitragem seguirão as Regras. A decisão final da arbitragem atribuirá à parte vencida, ou a ambas as partes, na proporção do deferimento de suas reivindicações, o ônus de pagar os custos e as despesas da arbitragem (incluindo todos os custos do Centro de Arbitragem da parte vencedora). O tribunal arbitral não terá jurisdição para impor honorários advocatícios sucumbenciais à parte vencida. **Parágrafo 5º.** Cada parte terá o direito de apresentar ao tribunal aplicável quaisquer medidas judiciais com o objetivo de obter provimentos cautelares para a proteção ou salvaguarda de direitos, em preparação para o inicio da arbitragem e, em nenhuma circunstância, tais atos serão considerados uma renúncia à arbitragem. Para fins de prosseguimento das medidas judiciais acima mencionadas, as partes elegem o fórum da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Parágrafo 6º.** Nos termos do artigo 516 do Código de Processo Civil Brasileiro, a execução da sentença arbitral ocorrerá na comarca em que a arbitragem foi realizada (Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme estabelecido neste Estatuto Social) e o credor da sentença arbitral estará autorizado a optar por austrar tal execução perante o juiz do local onde se encontram os bens sujeitos à expropriação ou perante o juiz do domicílio do devedor da sentença arbitral. Cada uma das partes deverá enviar esforços comerciais razoáveis para assegurar uma conclusão rápida e ef

**Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A.**

CNPJ/MF nº 43.874.289/0001-80 - NIRE 35.300.578.708

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2025

A Assembleia Geral Extraordinária da **Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A.**, instalada com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, independentemente da convocação, presidida pelo Sr. **Walter Marcio Cunha Junior** e secretariada pela Sra. **Erika Machado Corchs Bernardo**, realizou-se às 10:00 horas do dia 27 de março de 2025, na sede social localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, nº 215, bloco B, 1º andar e subsolo, sala D, Jardim São Luís, CEP 05.805-000. Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos: **(a) aprovar** a alteração do endereço da sede social, atualmente localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, nº 215, bloco B, 1º andar e subsolo, sala D, Jardim São Luís, CEP 05.805-000, para Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 15º andar, Salas 1522, 1524 e 1525, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000, na mesma cidade; **(b) autorizar**, em vista da deliberação acima, a alteração do caput do Artigo 3º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 3º – A Companhia tem sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 15º andar, Salas 1522, 1524 e 1525, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000"; **(c) aprovar** a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração aprovada acima, nos termos do **Anexo I** a esta ata; e **(d) autorizar** os diretores e/ou procuradores da Companhia, observadas as disposições legais e o disposto no Estatuto Social da Companhia, a praticarem todos os atos necessários à efetivação e implementação das deliberações aprovadas acima. Os termos desta ata foram aprovados pelas acionistas presentes, que a subscrevem. São Paulo, 27 de março de 2025. (aa) **Walter Marcio Cunha Junior**, Presidente da Mesa; **Erika Machado Corchs Bernardo**, Secretária da Mesa, p.p. **Rhodiany S.A.S.** – Walter Marcio Cunha Junior e Erika Machado Corchs Bernardo; e **Solvay France S.A.** – Walter Marcio Cunha Junior e Erika Machado Corchs Bernardo. Confere com o original: **Walter Marcio Cunha Junior** – Presidente da Mesa; **Erika Machado Corchs Bernardo** – Secretária da Mesa. **Anexo I – Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social.** Artigo 1º. A **Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A.** ("Companhia") é uma companhia de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76") e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º. A Companhia tem por objeto social: **(a)** a fabricação de produtos químicos orgânicos; e compostos químicos utilizados como auxiliares de processo produção ou de performance do produto final; **(b)** o comércio atacadista, importação e exportação de: i) produtos químicos e petroquímicos; ii) produtos intermediários; e iii) mercadorias em geral; **(c)** a prestação de serviços: i) administrativos de escritório combinados para apoio, rotina e organização de atividades empresariais; ii) de assessoria e orientação em gestão empresarial; iii) de escritório de relacionamento de empresas associadas ou coligadas com cliente; iv) de levantamento de informação e resumo de notícias; v) de estruturação de estoques; vi) de fiscalização de obras em plantas industriais para terceiros; vii) de laboratório de testes e análise técnicas; e viii) de laboratório de pesquisa e desenvolvimento de produtos; e **(d)** a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, obedecendo ao disposto neste Estatuto Social. Artigo 3º. A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 15º andar, Salas 1522, 1524 e 1525, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000. Parágrafo Único. Mediante deliberação da Diretoria será permitido, abrir e encerrar filiais, agências ou sucursais, escritórios de representação ou qualquer outro tipo de estabelecimentos, em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 902.000,00 (novecentos e dois mil reais), dividido em 412.286.668 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo 1º. Cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo 2º. As ações são indivisíveis perante a Companhia. **Capítulo III – Assembleia Geral. Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404/76, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigir. Parágrafo 1º Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo 123 da Lei nº 6.404/76, a Assembleia Geral será convocada por qualquer Diretor da Companhia. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. Parágrafo 2º A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer Diretor da Companhia, que caberá a escolha do secretário da Mesa. Parágrafo 3º Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procuradores nomeados forma do artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404/76. Serão considerados presentes os acionistas que participarem da Assembleia Geral por qualquer meio de comunicação eletrônica, conferência telefônica, videoconferência ou qualquer outro meio que permita a total comunicação entre os fisicamente presentes ou não, contanto que todos os presentes possam se ouvir simultaneamente e que, posteriormente, sejam as atas assinadas por todos os acionistas presentes. Artigo 7º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por acionistas representantes da maioria do capital votante da Companhia, não se computando os votos em branco. **Capítulo IV – Administração. Artigo 8º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria, na forma da lei e desse Estatuto Social, composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 10 (dez) Diretores, todos sem designação específica, eleitos pela Assembleia Geral e por elas destituíveis a qualquer tempo. Parágrafo 1º A investidura nos respectivos cargos far-se-á mediante assinatura, pelos respectivos Diretores, de termo de posse lavrado em livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias subsequentes à sua eleição, dispensada qualquer garantia de gestão. Parágrafo 2º Os membros da Diretoria serão eleitos para o mandato unificado de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Parágrafo 3º Os membros da Diretoria permanecerão em seus cargos e no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus substitutos, exceto se de outra forma deliberado pela Assembleia Geral. Parágrafo 4º Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, por ausência, incapacidade ou renúncia, a Assembleia Geral elegerá o substituto que exercerá o cargo pelo tempo remanescente do mandato do substituído. Artigo 9º. A Assembleia Geral em cada exercício fará a remuneração global e anual dos Diretores, em montante global ou individual, anual ou mensal, podendo ser revista, a qualquer tempo. Artigo 10. A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem, em virtude de convocação de qualquer dos Diretores, e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, instalando-se com a presença da maioria dos seus membros eleitos. Parágrafo 1º Em caso de empate, a Diretoria deverá submeter a matéria à deliberação da Assembleia Geral. Parágrafo 2º Serão considerados presentes os Diretores que participarem da Reunião de Diretoria por qualquer meio de comunicação eletrônica, conferência telefônica, videoconferência ou qualquer outro meio que permita a total comunicação entre os fisicamente presentes ou não, contanto que todos os presentes possam se ouvir simultaneamente e que, posteriormente, sejam as atas assinadas por todos os Diretores presentes. Parágrafo

3º Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões da Diretoria e assinadas pelos Diretores que estiverem presentes. Artigo 11. Os Diretores são investidos de todos os poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários à realização dos fins sociais da Companhia, competindo-lhes ainda: (a) deliberar: (a.1) sobre a abertura, alteração ou encerramento de estabelecimentos da Companhia em todo o País ou no exterior; (a.2) a cessão de avais ou de prestação de fianças em obrigações contraídas pelas sociedades coligadas, controladas e interligadas pertencentes ao mesmo grupo econômico; em se tratando de aval ou fiança em favor de sociedades não coligadas ou não controladas, ou em favor de pessoa física, será necessária prévia autorização dos acionistas por deliberação tomada por maioria de votos em reunião de acionistas; (a.3) sobre a apresentação aos acionistas de proposta para fusão, cisão ou incorporação da Companhia; (a.4) a participação da Companhia, como sócia ou acionista, em outras empresas; (a.5) a apresentação aos acionistas de proposta para a aquisição e venda de ações da própria Companhia; (b) aprovar: (b.1) a linha de produtos de fabricação e de comercialização da Companhia; (b.2) os orçamentos anuais e plurianuais de operações e investimentos; (b.3) a aquisição, oneração ou alienação de bens de e/ou para o ativo fixo ou de quaisquer outros bens móveis; (b.4) a aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis; (b.5) a constituição de garantia real de qualquer natureza e de alienação fiduciária; (b.6) a celebração de quaisquer outros contratos; (b.7) o investimento em projetos de exploração ou participação em exploração da central geradora de energia elétrica, seja na qualidade de concessionária ou autoprodução ou qualquer outra modalidade conveniente para os objetivos da Companhia. Parágrafo Único A aprovação dos atos relacionados no item "b" dependerá, para sua formalização, da assinatura dos respectivos instrumentos pelos Diretores e/ou procuradores, observado o disposto neste Estatuto Social, sendo dispensada a realização de Reunião de Diretoria. Artigo 12. Com as exceções previstas neste Estatuto Social, qualquer ato ou negócio jurídico que implique responsabilidade ou obrigação da Companhia perante terceiros ou a exonerar destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados: (a) por 2 (dois) Diretores; (b) por um Diretor e um procurador, constituído na forma prevista neste Estatuto Social; ou (c) por 2 (dois) procuradores, constituídos na forma prevista neste Estatuto Social. Parágrafo 1º A Companhia poderá ser representada, isoladamente, por qualquer Diretor ou por um procurador, nas seguintes hipóteses: (a) junto a quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, entre as quais, exemplificativamente, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A., Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Ministério da Agricultura e Abastecimento, Secretarias e Delegacias da Receita Federal do Brasil, Autarquias em geral, EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Inspetorias, Alfândegas, Secretarias e Delegacias da Fazenda; Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e Confederação Nacional das Indústrias, para fins administrativos, o que inclui, mas não se limita a prestação e solicitação de informações e assinatura de eventuais declarações a elas relacionadas; (b) junto à Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para a matéria de admissão, suspensão e demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas; (c) junto as Associações, Câmara e Comissões das quais a sociedade seja membro, incluindo ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção), ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química), CCFB (Câmara de Comércio Franca-Brasil), CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) entre outras; (d) junto a quaisquer órgãos e instâncias do Poder Judiciário, por seus advogados ou prepostos; e (e) na assinatura de documentos de qualquer espécie que importem em assunção de obrigação pela Companhia, em circunstâncias nas quais não seja possível a presença do segundo procurador e desde que autorizado pela maioria da Diretoria. Parágrafo 2º A Companhia poderá, por quaisquer 2 (dois) Diretores, constituir procuradores, especificando no instrumento a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá 1 (um) ano, salvo a procuração for outorgada com poderes ad judicia ou para a defesa de processos administrativos, caso em que sua vigência poderá ser por prazo indeterminado. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 13.** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições e competências previstas em lei. Parágrafo 1º O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral por solicitação de acionistas que atendam aos requisitos legais para tanto, encerrando-se seu mandato na Assembleia Geral Ordinária que seguirá à sua instalação, permitida a reeleição. Parágrafo 2º Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição. **Capítulo VI – Exercício Social e Lucros. Artigo 14.** O exercício social coincidirá com o ano civil, com início no dia 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando se procederá ao balanço patrimonial e demonstrações financeiras do exercício, de acordo com os princípios gerais de contabilidade, que serão submetidas à Assembleia Geral, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. Artigo 15. O resultado apurado no exercício financeiro, se negativo, integrará a conta de prejuízos acumulados; e, se positivo, o lucro líquido apurado, após as amortizações definidas em Lei, terá a seguinte destinação: i) 5% para o Fundo de Reserva Legal, até atingidos os limites estabelecidos em lei; ii) 25% como dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76; e iii) o saldo remanescente terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral. Artigo 16. A Companhia poderá levantar balancos semestrais, trimestrais ou em períodos menores, observadas as prescrições legais, e a Diretoria poderá deliberar dividendos intermediários com base em reservas de lucros ou lucro apurado nas demonstrações financeiras intercalares, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso. Artigo 17. A Diretoria poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que aprecie as demonstrações financeiras relativas ao exercício, juros sobre capital próprio, nos termos da legislação do imposto de renda. Parágrafo Único. A Assembleia Geral decidirá a respeito da imputação ao valor do dividendo obrigatório, do montante dos juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia durante o exercício. Artigo 18. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral; e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Capítulo VII – Dissolução, Liquidação e Transformação. Artigo 19.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei e, em virtude de deliberação da Assembleia Geral, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. Artigo 20. A Companhia poderá transformar seu tipo societário mediante deliberação da maioria dos votos na Assembleia Geral. **Capítulo VII – Disposições Gerais. Artigo 21.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua as disposições legais aplicáveis. Artigo 22. Fica eleito o fórum da Comarca Central da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer litígios ou controvérsias decorrentes do presente Estatuto, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 112.183/256 em 31/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

**Servgas Distribuidora de Gás S/A**

CNPJ/MF nº 55.332.811/0001-81

## Relatório da Diretoria

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento as determinações legais e estatutárias, temos a grata satisfação de submeter à apreciação de V. Srs., as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

Balanço Patrimonial – Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em reais)		Demonstração de Fluxo de Caixa – Método Indireto – Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em Reais)		
Ativo	2024	2023	2024	
<b>Ativo Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.887.918,44	1.485.256,30	Fornecedores	408.607,64
Bancos Conta Movimento	208.688,90	134.015,71	Obrigações Com Pessoal	428.605,59
Aplicações Financeiras	0,49		Obrigações Sociais	3.482.757,01
Clientes	1.665.730,20	1.951.052,02	Obrigações Tributárias	25.954.276,82
Adiantamentos a Funcionários	301.076,01	249.100,35	Contas a Pagar	22.795.250,56
Adiantamentos a Petrobras – GLP	13.130,85	42.416,23	Estampites e Financiamentos	14.492.994,20
Outros Adiantamentos	4.626.255,73	5.071.251,76	Provisão CSLL e IRPJ do Exercício	15.962.887,90
Impostos a Recuperar	3.270.591,98	1.597.762,63	Total do Passivo Circulante	927.723,44
Estoque GLP	329.825,52	1.371.304,10	Passivo Não Circulante	44.568.796,04
Estoque Materiais Secundário	329.963,01	373.766,32	Parcelamentos Tributos Estaduais	2.050.184,35
Despesas a Apropriar	18.738.386,29	25.345.262,26	Parcelamentos Tributos Federais	20.780.301,88
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>41.356.202,88</b>	<b>46.330.206,37</b>	REFIS – Programa de Recuperação Fiscal	19.940.691,69
<b>Ativo Não Circulante</b>			Emprestimos e Financiamentos	3.652.778,23
Depósitos Judiciais	2.099.687,20	2.021.148,49	Total do Passivo Não Circulante	1.255.475,62
Dividendos de Tesouraria	4.547.593,49	4.547.593,49	Emprestimos e Financiamentos	2.813.064,56
Outros Créditos a Longo Prazo	5.843.168,11	3.135.475,66	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	28.779.913,47
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>12.490.448,80</b>	<b>9.704.217,74</b>	<b>27.717.760,56</b>	
Investimentos	162.296,39	162.296,39	Outras Receitas Operacionais	442.855,00
Imobilizado Líquido	21.182.271,24	17.848.008,03	Receitas Não Operacionais	3.249.244,89
<b>Total do Ativo</b>	<b>33.835.016,43</b>	<b>27.714.522,16</b>	Despesas Não Operacionais	(583.529,90)

**Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A.**

CNPJ/MF nº 43.874.289/0001-80 – NIRE 35.300.578.000-1

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de abril de 2025**  
 A Assembleia Geral Extraordinária da Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A. ("Companhia"), instalada com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. **Walter Marcio Cunha Junior** e secretariada pela Sra. **Erika Machado Corchs Bernardo**, realizou-se às 10:00 horas do dia 02 de abril de 2025, na sede social localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 15º andar, Salas 1522, 1524 e 1525, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000. Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos: (i) **aprovar** a retificação dos itens "a", "b" e "c" da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 10:00, em 27 de março de 2025, devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 112.183/25-6, em sessão de 31 de março de 2025 ("AGE de 27.03.2025"), para deles constar o endereço correto da Companhia, que por um lapso deixou de informar o complemento "Edifício Torre B Marble" no endereço da sede social da Companhia, devendo as deliberações serem retificadas nos seguintes termos: "(a) **aprovar** a alteração do endereço social da sede social, atualmente localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, nº 215, bloco B, 1º andar e subsolo, sala D, Jardim São Luís, CEP 05.805-000, para Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 15º andar, Salas 1522, 1524 e 1525, Edifício Torre B Marble, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000, na mesma cidade; (b) **autorizar**, em vista da deliberação acima, a alteração do caput do Artigo 3º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 3º – A Companhia tem sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 15º andar, Salas 1522, 1524 e 1525, Edifício Torre B Marble, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000; (c) **aprovar** a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a reratificação aprovada acima, nos termos do Anexo I a esta ata"; (ii) **ratificar** a deliberação do item "d" da AGE de 27.03.2025; e (iii) **autorizar** os diretores e/ou procuradores da Companhia, observadas as disposições legais e o disposto no Estatuto Social da Companhia, a praticarem todos os atos necessários à efetivação e implementação das deliberações aprovadas acima. Os termos desta ata foram aprovados pelas acionistas presentes, que a subscrevem. São Paulo, 02 de abril de 2025. (aa) **Walter Marcio Cunha Junior**, Presidente da Mesa; **Erika Machado Corchs Bernardo**, Secretária da Mesa, p.p. **Rhodianyl S.A.S.** – Walter Marcio Cunha Junior e Erika Machado Corchs Bernardo, e **Solvay France S.A.** – Walter Marcio Cunha Junior e Erika Machado Corchs Bernardo. Confere com original: **Walter Marcio Cunha Junior** – Presidente da Mesa; **Erika Machado Corchs Bernardo** – Secretária da Mesa. Anexo I – Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social. Artigo 1º. A Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A. ("Companhia") é uma companhia de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76") e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º. A Companhia tem por objeto social: (a) a fabricação de produtos químicos orgânicos; e compostos químicos utilizados como auxiliares de processo produção ou de performance do produto final; (b) o comércio atacadista, importação e exportação de: (i) produtos químicos e petroquímicos; (ii) produtos intermediários; e (iii) mercadorias em geral; (c) a prestação de serviços; (i) administrativos de escritório combinados para apoio, rotina e organização de atividades empresariais; (ii) de assessoria e orientações em gestão empresarial; (iii) de escritórios de relacionamento de empresas associadas ou coligadas com cliente; (iv) de levantamento de informações e resumo de notícias; (v) de estruturação de estoques; (vi) de fiscalização de obras em plantas industriais para terceiros; (vii) de laboratório de testes e análise técnicas; e (viii) de laboratório de pesquisa e desenvolvimento de produtos; e (d) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, obedecendo ao disposto neste Estatuto Social. Artigo 3º. A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 15º andar, Salas 1522, 1524 e 1525, Edifício Torre B Marble, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000. Parágrafo Único. Mediante deliberação da Diretoria será permitido, abrir e encerrar filiais, agências ou sucursais, escritórios de representação ou qualquer outro tipo de estabelecimentos, em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Capítulo II – Capital Social e Ações. Artigo 5º. O capital social, totalmente subscrito integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 902.000,00 (nozeentos e dois mil reais), dividido em 412.286.668 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo 1º. Cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo 2º. As ações são indivisíveis perante a Companhia. Capítulo III – Assembleia Geral. Artigo 6º. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404/76, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigir. Parágrafo 1º Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo 123 da Lei nº 6.404/76, a Assembleia Geral será convocada por qualquer Diretor da Companhia. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. Parágrafo 2º A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer Diretor da Companhia, que em caráter de secretaria da Mesa. Parágrafo 3º Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procuradores nomeados na forma do artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404/76. Serão considerados presentes os acionistas que participarem da Assembleia Geral por qualquer meio de comunicação eletrônica, conferência telefônica, videoconferência ou qualquer outro meio que permita a total comunicação entre os fisicamente presentes ou não, contanto que todos os presentes possam se ouvir simultaneamente e que, posteriormente, sejam as atas assinadas por todos os Diretores presentes. Parágrafo 3º Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões da Diretoria e assinadas pelos Diretores que estiverem presentes. Artigo 11. Os Diretores são investidos de todos os poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários à realização dos fins sociais da Companhia, competindo-lhes ainda: (a.1) sobre a abertura, alteração ou encerramento de estabelecimentos da Companhia em todo o País ou no exterior; (a.2) a concessão de avais ou de prestação de fianças em obrigações contrárias pelas sociedades controladas e interligadas pertencentes ao mesmo grupo econômico; em se tratando de aval ou fiança em favor de sociedades não controladas ou não controladoras, ou em favor de pessoa física, será necessária prévia autorização dos acionistas por deliberação tomada por maioria de votos em reunião de acionistas; (a.3) sobre a apresentação aos acionistas da proposta para fusão, cisão ou incorporação da Companhia; (a.4) a participação da Companhia, como sócia ou acionista, em outras empresas; (a.5) a apresentação aos acionistas da proposta para a aquisição e venda de ações da própria Companhia; (b) aprovar: (b.1) a linha de produtos de fabricação e de comercialização da Companhia; (b.2) os orçamentos anuais e plurianuais de operações e investimentos; (b.3) a aquisição, oneração ou alienação de bens do e/ou para o ativo fixo ou de quaisquer outros bens móveis; (b.4) a aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis; (b.5) a constituição de garantia real de qualquer natureza e de alienação fiduciária; (b.6) a celebração de quaisquer outros contratos; (b.7) o investimento em projetos de exploração ou participação em exploração de central geradora de energia elétrica, seja na qualidade de consorciada ou autoprodutora ou qualquer outra modalidade conveniente para os objetivos da Companhia. Parágrafo Único A aprovação dos atos relacionados no item "b" dependerá, para sua formalização, da assinatura dos respectivos instrumentos pelos Diretores e/ou procuradores, observado o disposto neste Estatuto Social, sendo dispensada a realização de Reunião de Diretoria. Artigo 12. Com as exceções previstas neste Estatuto Social, qualquer ato ou negócio jurídico que implique responsabilidade ou obrigação da Companhia perante terceiros ou a exoneracão destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados: (a) por 2 (dois) Diretores; (b) por um Diretor e um procurador, constituído na forma prevista neste Estatuto Social; ou (c) por 2 (dois) procuradores, constituídos na forma prevista neste Estatuto Social. Parágrafo 1º A Companhia poderá ser representada, isoladamente, por qualquer Diretor ou por um procurador, nas seguintes hipóteses: (a) junto a quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, entre as quais, exemplificativamente, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A., Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Ministério da Agricultura e Abastecimento, Secretarias e Delegacias da Receita Federal do Brasil, Autarquias em geral, EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Inspetorias, Alfândegas, Secretarias e Delegacias da Fazenda; Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e Confederação Nacional das Indústrias, para fins administrativos, o que inclui, mas não se limita a prestação e solicitação de informações e assinatura de eventuais declarações a elas relacionadas; (b) junto à Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para a matéria de admissão, suspensão e demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas; (c) junto as Associações, Câmara e Comissões das quais a sociedade seja membro, incluindo ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção), ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química), CCFB (Câmara de Comércio França-Brasil), CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) entre outras; (d) junto a quaisquer órgãos e instâncias do Poder Judiciário, por seus advogados ou prepostos; e (e) na assinatura de documentos de qualquer espécie que importem em assunção de obrigação pela Companhia, em circunstâncias nas quais não seja possível a presença do segundo procurador e desde que autorizado pela maioria da Diretoria. Parágrafo 2º A Companhia poderá, por quaisquer 2 (dois) Diretores, constituir procuradores, especificando no instrumento a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, não excederá 1 (um) ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes ad judicia ou para a defesa de processos administrativos, caso em que sua vigência poderá ser por prazo indeterminado. Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 13. A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições e competências previstas em lei. Parágrafo 1º O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral por solicitação de acionistas que atendam aos requisitos legais para tanto, encerrando-se seu mandato na Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação, permitida a reeleição. Parágrafo 2º Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirão à sua eleição. Capítulo VI – Exercício Social e Lucros. Artigo 14. O exercício social coincidirá com o ano civil, com início no dia 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando se proceder ao balanço patrimonial e demonstrações financeiras do exercício, de acordo com os princípios gerais de contabilidade, que serão submetidas à Assembleia Geral, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. Artigo 15. O resultado apurado no exercício financeiro, se negativo, integrará a conta de prejuízos acumulados, e, se positivo, o lucro líquido apurado, após as amortizações definidas em Lei, terá a seguinte destinação: (i) 5% para o Fundo de Reserva Legal, até atingidos os limites estabelecidos em lei; (ii) 25% como dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76; e (iii) o saldo remanescente irá a destinação aprovada pela Assembleia Geral. Artigo 16. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores, observadas as prescrições legais, e a Diretoria poderá deliberar dividendos intermediários com base em reservas de lucros ou lucro apurado nas demonstrações financeiras intercalares, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso. Artigo 17. A Diretoria poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício, juros sobre capital próprio, nos termos da legislação do imposto de renda. Parágrafo Único. A Assembleia Geral decidirá a respeito da imputação ao valor do dividendo obrigatório, do montante dos juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia durante o exercício. Artigo 18. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral; e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Capítulo VII – Dissolução, Liquidação e Transformação. Artigo 19. A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. Artigo 20. A Companhia poderá transformar seu tipo societário mediante deliberação da maioria dos votos na Assembleia Geral. Capítulo VII – Disposições Gerais. Artigo 21. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceita as disposições legais aplicáveis. Artigo 22. Fica eleito o fórum da Comarca Central da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer litígios ou controvérsias decorrentes do presente Estatuto, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Junta Commercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 123.110/25-7 em 07/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

# Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.  
[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)



Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

**DATA MERCANTIL** São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente  
 Conforme MP 2.200-2  
 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



**Apetece Sistemas de Alimentação S.A.**

CNPJ/MF nº 60.166.832/0001-04 – NIRE 35.300.445.597

**Certidão da Ata de Assembleia Geral Ordinária**

**Data, Hora e Local:** Aos 02 de abril de 2025, às 9:00 horas, na sede social situada Av. Guido Alberti, 4297, sala 01, Bairro Mauá, na cidade de São Caetano do Sul-SP, CEP 09580-400. **Edital de Convocação com Aviso aos Acionistas:** Dispensado a convocação pela imprensa, na forma do artigo 124 § 4º da Lei 6.404/76. **Quórum de Instalação:** presentes os acionistas detentores da totalidade das ações representativas do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Composição da Mesa Diretora dos Trabalhos:** Thiago da Silva Rodrigues dos Santos, presidente da assembleia e Rebeca da Silva Rodrigues dos Santos, secretária. **Ordem do Dia:** a) Exame, discussão e votação do relatório da administração, balanço patrimonial e demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2024; b) Outros assuntos de interesse da sociedade. **Deliberações:** a) Foram aprovados sem restrições, o relatório da diretoria, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31/12/2024, publicado no "Data Mercantil", na edição de 29, 30 e 31/03/2025 e no "Gazeta de São Paulo" na edição de 01/04/2025. Passado o item b) da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme o artigo 161 da Lei 6.404/76. **Observações Finais:** **1) Quórum das deliberações:** Aprovado por unanimidade de votos dos Acionistas presentes; **2) Ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados;** **3) Encerramento:** Esgotada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Acionistas presentes:** Apesar Empreendimentos e Participações S.A.; Thiago da Silva Rodrigues dos Santos; Rebeca da Silva Rodrigues dos Santos. Na qualidade de Secretária da Assembleia, declaro que a presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Thiago da Silva Rodrigues dos Santos – Presidente da Assembleia; Rebeca da Silva Rodrigues dos Santos – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 111.249/25-9 em 10/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

**Lean Manufacturing na Indústria**

Eficiência e Competitividade Introdução. O *Lean Manufacturing*, ou manufatura enxuta, é uma filosofia de gestão voltada para a eliminação de desperdícios e a criação de valor com o menor uso possível de recursos. Desenvolvido a partir do Sistema Toyota de Produção, o *Lean* tem sido amplamente adotado por empresas industriais ao redor do mundo que buscam aumentar a eficiência, melhorar a qualidade e reduzir custos. Princípios do *Lean Manufacturing*: O *Lean Manufacturing* é baseado em cinco princípios fundamentais: 1. Valor: entender o que é valor sob a perspectiva do cliente. 2. Fluxo de Valor: mapear todas as etapas do processo e eliminar as que não agregam valor. 3. Fluxo Contínuo: garantir que os processos fluam sem interrupções ou esperas. 4. Produção Puxada: produzir somente o que é necessário, na hora certa, na quantidade certa. 5. Perfeição: buscar a melhoria contínua e a excelência operacional. Aplicação na Indústria: Na prática industrial, o *Lean* é implementado por meio de ferramentas e metodologias como: • 5S: organização e padronização do ambiente de trabalho. • Kaizen: melhoria contínua através de pequenas mudanças diárias. • Kanban: controle visual para gestão de estoques e produção. • Just in Time: produção sob demanda, evitando estoques excessivos. • Poka-Yoke: dispositivos à prova de erro para aumentar a qualidade. Essas ferramentas promovem um ambiente produtivo mais limpo, organizado e eficiente, reduzindo tempos de ciclo, defeitos e rework. Benefícios: A adoção do *Lean Manufacturing* proporciona diversos benefícios para a indústria: • Redução de custos operacionais • Melhoria da qualidade dos produtos • Aumento da produtividade • Maior engajamento dos colaboradores • Resposta mais ágil ao mercado. Empresas que aplicam o *Lean* com consistência tornam-se mais competitivas, sustentáveis e alinhadas às exigências do consumidor moderno. Desafios Apesar das vantagens, a implementação do *Lean* pode enfrentar barreiras, como: • Resistência à mudança de treinamento • Cultura organizacional inflexível Para superar esses desafios, é essencial o envolvimento da liderança, capacitação das equipes e uma mudança gradual, porém consistente, na mentalidade da organização. O *Lean Manufacturing* é uma poderosa abordagem para transformar a indústria. Ao focar na eliminação de desperdícios e na criação de valor, ele não apenas melhora os resultados operacionais, mas também promove uma cultura de excelência e inovação contínua. Empresas que investem nessa filosofia estão melhor preparadas para enfrentar os desafios de um mercado cada vez mais dinâmico e exigente.

Douglas Rodarte Moreno

Engenheiro de Produção / CREA 261182002-3

**HMC Consultoria e Participações S/A**

CNPJ Nº 23.680.782/0001-52

**Segunda Convocação de Assembleia Geral Extraordinária**

Convidamos os senhores acionistas para a segunda convocação da Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 22 de abril de 2025 às 9h na sede social, sita na Estrada dos Índios, 1060, na cidade de Itaquaquecetuba-SP, com a seguinte Ordem do Dia: **a)** deliberar sobre a redução do capital social; **b)** debater a dissolução da Sociedade e nomear um liquidante. Itaquaquecetuba, 14 de abril de 2025. (12, 15 e 16/04/2025)

**Comunicado**

O Grupo Qantic Ioniq informa que encerrou formalmente sua parceria com a TRR Instituição de Pagamento S.A. (CNPJ sob o nº 35.918.280/0001-04) e todas as contas, acessos, integrações e demais vínculos operacionais que envolvam, direta ou indiretamente, a TRR, ou quaisquer pessoas a ela associadas, já se encontram em processo de encerramento ou desativação. Declara, ainda, que a partir desta data, não há qualquer relação contratual, comercial, societária ou institucional vigente entre as partes, tampouco obrigações pendentes. O comunicado é público e visa garantir transparência, segurança jurídica e proteção da boa-fé, especialmente perante terceiros, parceiros e órgãos reguladores

**ABA Infra-Estrutura e Logística S/A.**

CNPJ/MF nº 55.395.883/0001-78 – NIRE 35.300.513.550

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/02/2025**

**1) Realização e Local:** 25 de fevereiro de 2025, às 9h00, na sede social situada em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1306, 8º andar, conjunto 82, Sala 01, bairro Vila Olímpia, CEP 04547-005. **2) Convocação:** Dispensadas as formalidades de publicação do Edital de Convocação, em razão da presença de 100% dos acionistas, conforme parágrafo 4º, do Artigo 124, da Lei nº 6.404/76. **3) Presenças:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social: **Carlos César Floriano**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.451.600-8-SSP/SF, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.509.688-92, domiciliado na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.306, 10º andar, conjunto 01, sala 03, bairro Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04547-005; e **Formitex Empreendimentos e Participações Ltda.**, com sede no Município de Suzano, Estado de São Paulo, na Estrada Portão do Honda, nº 120, sala 02, bairro Jardim Revista, CEP 08694-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 035.594.431/0001-11, com seus atos societários devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob NIRE 35.216.075.237, representada por **Alípio José Gusmão dos Santos**, brasileiro, casado sob o regime da separação obrigatória de bens, industrial, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.538.540-6-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 206.590.918-87, residente no Município de São Paulo, Estado de São Paulo e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.306, 8º andar, bairro Vila Olímpia, CEP 04547-005. **4) Composição da Mesa:** Presidente: Luis Antonio Floriano; Secretário: Joacks de Paula Lemos. **5) Ordem do Dia:** Nos termos da alínea "e" da cláusula 6.6 do Estatuto Social da Companhia, autorizar a assunção de dívida e/ou celebração de contrato, em favor da Adonai East Terminal de Líquidos S/A inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.444.879/0001-08, figurando a companhia como avalista e/ou devedora solidária com a Trademark Instituição de Pagamentos, Servicos e Participações S/A, com operações em valores que podem superar o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). **6) Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Analisada e discutida a Ordem do Dia, os acionistas deliberaram e aprovaram, por unanimidade de votos e sem reservas, nos termos da alínea "e" da cláusula 6.6 do Estatuto Social da Companhia, autorizar a assunção de dívida e/ou celebração de contrato, em favor da Adonai East Terminal de Líquidos S/A inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.444.879/0001-08, figurando a companhia como avalista e/ou devedora solidária com a Trademark Instituição de Pagamentos, Servicos e Participações S/A, com operações em valores que podem superar o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Foi autorizada a publicação desta ata em forma de extrato. **7) Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, esta ata foi lida, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes: Carlos Cesar Floriano e Formitex Empreendimentos e Participações Ltda., representada por Alípio José Gusmão dos Santos; Presidente da Assembleia: Luis Antonio Floriano; Secretário da Assembleia: Joacks de Paula Lemos. Certifico que a presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio da Companhia. Presidente da Assembleia: Luis Antonio Floriano; Joacks de Paula Lemos – Secretário da Assembleia. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 101.822/25-0 em 28/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

**International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A.**

CNPJ/MF nº 18.082.788/0001-98 – NIRE 35.300.486.692

**Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária**

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da **International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A.** ("Companhia"), que será realizada em 25 de abril de 2025, às 10h, na modalidade digital, cujo acesso será pelo link eletrônico, conforme instrução de participação e voto a distância descrita abaixo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar e discutir as demonstrações financeiras; e **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. São Paulo/SP, 11 de abril de 2025. **Ulisses Borges Cardinot** – Presidente do Conselho de Administração. **Instruções para participação na Assembleia Geral Ordinária da International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A.** Conforme autorizado pelo artigo 121, parágrafo único, da Lei das S.A., a Assembleia Geral Ordinária será realizada na modalidade exclusivamente digital, podendo V.Sa. participar e votar por meio do sistema eletrônico com acesso ao link à videoconferência. Para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, V.Sa. deverá enviar solicitação à Companhia, acompanhada de cópia do documento de identidade ou cópia do instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação por procurador, para o endereço de e-mail cesar.farol@internationalschool.global, em até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária. Uma vez recebido o e-mail referido acima e verificada a regularidade dos documentos apresentados, a Companhia enviará a V.Sa. as regras para participação e os procedimentos necessários e suficientes para acesso e utilização do sistema eletrônico. O sistema eletrônico de videoconferência, assegurará: **(a)** a segurança, a confiabilidade e a transparência da Assembleia Geral Ordinária; **(b)** o registro da presença dos acionistas e dos respectivos votos; **(c)** a preservação do direito de participação a distância do acionista durante toda a Assembleia Geral Ordinária; **(d)** o exercício do direito de voto a distância por parte do acionista, bem como o seu respectivo registro; **(e)** a possibilidade de visualização de documentos apresentados durante a Assembleia Geral Ordinária; **(f)** a possibilidade de a mesa receber manifestações escritas dos acionistas; **(g)** a gravação integral da Assembleia Geral Ordinária, que ficará arquivada na sede da Companhia; **(h)** a participação de administradores, pessoas autorizadas a participar da Assembleia Geral Ordinária e pessoas cuja participação seja obrigatória; e **(i)** a possibilidade de comunicação entre acionistas. Os documentos e informações referentes aos assuntos da pauta da Assembleia Geral Ordinária estão disponíveis sob a forma digital, podendo ser requisitados pelos acionistas interessados. (14, 15 e 16/04/2025)

**Pet Center Comércio e Participações S.A.**

CNPJ/MF nº 18.328.118/0001-09 – NIRE 35.300.453.824 – Companhia Aberta

**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de março de 2025**

**1. Data, Horário e Local:** No dia 17 de março de 2025, às 13:00 horas, excepcionalmente realizada de forma remota, nos termos do artigo 14, parágrafo segundo, do estatuto social da Pet Center Comércio e Participações S.A. ("Estatuto Social" e "Companhia", respectivamente). **2. Convocação e Presença:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração, quais sejam: Sr. Sergio Zimerman; Sra. Tania Zimerman, Sr. Gregory Louis Reider, Sr. Claudio Roberto Ely, Sr. Eduardo de Almeida Salles Terra e Sr. Ricardo Dias Mieskalo Silva, restando dispensada a convocação. Esteve presente, também, a Sra. Aline Ferreira Penna Peli, Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Companhia. **3. Mesa:** Presidida pelo Sr. Claudio Roberto Ely, e secretariada pela Sra. Tania Zimerman. **4. Ordem do Dia:** **(i)** tomar ciência sobre o reporte financeiro das atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria da Companhia no quarto trimestre de 2024; e **(ii)** deliberar, nos termos do artigo 16, inciso vi, do Estatuto Social da Companhia e do item 3.1, **(iii)**, do seu Regimento Interno, sobre a aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas, e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ("Demonstrações Financeiras"). **5. Deliberações:** Instalada a reunião foi realizada apresentação pela Sra. Aline Ferreira Penna Peli, Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Companhia, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Na sequência, o Sr. Claudio Roberto Ely apresentou, na qualidade de Coordenador do Comitê de Auditoria da Companhia, reporte das atividades trimestrais do referido Comitê para o Conselho de Administração. Foi informado, ainda, que o Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisou as Demonstrações Financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, e recomendou a sua aprovação pelo Conselho de Administração. Após exame e discussão da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes: **(i)** tomaram ciência sobre o reporte trimestral das atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria da Companhia no quarto trimestre de 2024; e **(ii)** por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram pela aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os quais foram compartilhados para a análise do Comitê de Auditoria da Companhia em reunião realizada em 14 de março de 2025 e do Conselho Fiscal em reunião realizada nesta data, tendo os membros do referido Comitê e do Conselho Fiscal apresentado manifestação e parecer favoráveis, respectivamente. **6. Assinaturas Eletrônicas:** Os presentes reconhecem como válidas e com plena eficácia as assinaturas eletrônicas/digitais, na forma permitida pelo artigo 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.220-2/01, com teor, valor e efeitos equivalentes áqueles efetuados presencialmente ou mediante aposição da assinatura autógrafa. **7. Encerramento e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi declarada encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme concordância de todos os presentes. **(a) Mesa:** Claudio Roberto Ely (Presidente) e Tania Zimerman (Secretária). **(b) Conselheiros Presentes:** Sr. Sergio Zimerman; Sra. Tania Zimerman; Sr. Gregory Louis Reider; Sr. Claudio Roberto Ely; Sr. Eduardo de Almeida Salles Terra; e Sr. Ricardo Dias Mieskalo Silva. Confere com a original lavrada em livro próprio. **Mesa:** Claudio Roberto Ely – Presidente; Tania Zimerman – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 117.529/25-4 em 07/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

**C.L.O Rodoanel Osasco SPE S/A**

CNPJ/MF nº 29.967.703/0001-75 – NIRE 35.300.528.557

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de abril de 2025**

1. **Data, Hora e local:** Dia 04/04/2025, às 14:00 horas, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1336- cj. 41- Pinheiros-CEP: 01451-001- São Paulo - SP. 2. **Presença:** A totalidade dos acionistas da companhia, nomeados na lista de presença anexa. 3. **Mesa:** Presidente: **Renato Kluger**; Secretária: **Marines Hepp Parrilla**. 4. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º, do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. 5. **Ordem do Dia:** **(i)** aprovar a redução do capital social em R\$ 3.226.335,00 reais de modo que o Capital social que era de R\$ 112.307.462,00 reais passa a ser de R\$ 109.081.127,00 reais, sendo a redução correspondente a igual número de ações do grupo de ações AD vinculadas ao galpão 31 do CLO Centro Logístico Osasco de titularidade da acionista Birabuté Empreendimentos e Participações Ltda., nos termos da cláusula 9º do Estatuto Social. **(ii)** aprovar a entrega a acionista do galpão 31 vinculado ao grupo de ação AD cancelado, em pagamento do valor de suas ações, através da competente escritura pública; **(iii)** deliberar sobre a forma de operacionalização do pagamento das ações ao acionista retirante e autorizar a Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à formalização dos atos acima mencionados. **e;** **(iv)** consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia adaptando-o ao novo capital social de R\$ 109.081.127,00 reais e sua vinculação aos remanescentes 31 grupos de ações. **6. Deliberações:** Aprovar a redução do capital social que era de R\$ 112.307.462,00 reais para que o Capital social que era de R\$ 109.081.127,00 reais, representado por igual número de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; sendo a redução correspondente a igual número de ações integrantes do grupo de ações AD, vinculada ao galpão 31, sendo essas ações de titularidade da acionista Birabuté Empreendimentos e Participações Ltda., independentemente de parecer do conselho fiscal que não foi instalado; **b)** aprovação da entrega à acionista Birabuté Empreendimentos e Participações Ltda, do galpão 31 vinculado aos grupos de ações cancelados, em pagamento do valor de suas ações, através da competente escritura pública; **c)** assegurar à acionista o direito de recebimento dos dividendos que lhe cabem até a presente data; **d)** transferir à acionista retirante, juntamente com o crédito decorrente da redução de capital, os direitos de usar e fruir o galpão 31 a partir da presente data e transferíveis a ter